UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO
ROSANA MARIA FECCHIO

ASPECTOS GERAIS DA TUTELA ANTECIPADA

CURITIBA

2002

ROSANA MARIA FECCHIO

ASPECTOS GERAIS DA TUTELA ANTECIPADA

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, como exigência parcial para obtenção do título de especialista do Curso Novas Tendências do Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Munhoz da Cunha

CURITIBA

2002

RESUMO

O presente trabalho faz uma comparação entre a tutela antecipada e a tutela cautelar, apresentando a distinção entre os dois institutos, cujos conceitos são frequentemente confundidos por diversos autores e profissionais do Direito. Explicita que, na medida cautelar, basta a existência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* para que ela se concretize. Já na tutela antecipada, exige-se que haja prova inequívoca da verossimilhança da alegação, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou que fique caracterizada a resistência da parte diversa, conforme reza o artigo 273 do Código de Processo Civil. Ressalta, ainda, como diferença básica, o fato de na tutela antecipada haver o adiantamento da prestação jurisdicional, incidente sobre o próprio direito reclamado, enquanto que no procedimento cautelar não se antecipa a prestação jurisdicional buscada na lide principal. Ainda, cuida o presente trabalho da análise da aplicação do instituto da antecipação de tutela especificamente em relação à Fazenda Pública, bem como trata sobre as possibilidades de revogação nos casos onde houve a concessão. Afim de dar maior entendimento ao trabalho, cuidou-se de proceder a análise obras escritas por respeitados juristas e estudiosos do Direito.

SUMÁRIO

RESUMO	III
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBSERVAÇÕES SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	3
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	3
2.2 NATUREZA DO INSTITUTO.....	4
2.2.1 Aspectos Comuns da Tutela Antecipada e da Tutela Cautelar.....	6
2.2.2 Aspectos Diferencias entre Tutela Antecipada e Tutela Cautelar.....	8
3 CONDIÇÕES PARA A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	10
3.1 CONDIÇÕES PARA A ANTECIPAÇÃO.....	10
3.2 PROVA INEQUÍVOCA E VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO.....	10
3.3 FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO.....	14
3.4 ABUSO DO DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO DO RÉU.....	15
3.5 PERIGO DA IRREVERSIBILIDADE.....	17
4 PROCEDIMENTOS NA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	20
4.1 REQUERIMENTO DA PROVIDÊNCIA.....	20
4.2 LEGITIMIDADE PARA REQUERER.....	23
4.3 COMPETÊNCIA.....	25
5 MOMENTOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA	29
5.1 CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA LIMINARMENTE – "INAUDITA ALTERA PARTE".....	29
5.2 OUTROS MOMENTOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA.....	32
6 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA E A FAZENDA PÚBLICA	34
6.1 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA.....	34
6.2 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	34
7 DA REVOGAÇÃO	40
8 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

O tema da antecipação de tutela, por ser ainda recente no direito brasileiro, carece de esclarecimentos. A questão que toca à possibilidade ou não da antecipação dos efeitos da tutela, necessita de uma análise bastante cuidadosa para que equívocos não sejam cometidos na aplicação do novo instituto.

Seguindo a tendência contemporânea do Direito Processual Civil que ergue a bandeira da efetividade do processo, a introdução da tutela antecipatória no direito pátrio através da Lei 8.952, de 13.12.94, corresponde à uma tentativa de conferir operacionalidade ao rito ordinário. Já que a adoção, como regra, deste procedimento por demais ritualizado e dogmático se revelou incapaz, em grande número de casos, de atender aos intentos da sociedade atual.

A idéia de que o processo deve ser capaz de produzir a efetiva tutela ao interesse da parte, traz à lume a problemática da utilidade da decisão jurisdicional, centrada principalmente no binômio que envolve rapidez e certeza na prestação da tutela. Atualmente, a questão que envolve a morosidade da entrega da tutela jurisdicional, talvez seja a que mais aflige aos cidadãos quando da decisão de recorrer ao judiciário.

A demora dos procedimentos, redundando em sacrifícios ao direito do autor que demonstra *prima facie* o seu direito, em razoável índice de probabilidade, não reflete o real sentido da jurisdição e dos princípios que informam o direito processual. Durante algum tempo, o artigo 798 do Código de Processo Civil foi o meio utilizado para combater às deficiências do procedimento ordinário. A antecipação da tutela surge no ordenamento exatamente para corrigir as impropriedades da jurisprudência que desnaturalizavam, não obstante as boas intenções, o instituto das cautelares inominadas.

Assim, ao lado da verificação dos requisitos indispensáveis à concessão da antecipação de tutela, nos moldes do novo artigo 273 do Código de Processo Civil,

mister se faz o exame dos efeitos que pretende sejam antecipados. Partindo-se do pressuposto de que as sentenças produzem cinco tipos de efeitos (declaratório, constitutivo, condenatório, mandamental e executivo *lato sensu*), este trabalho tem por objetivo verificar, quais desses efeitos são passíveis de antecipação.

Para que determinadas considerações a respeito desse tema sejam atingidas, necessário se faz, primeiramente, que alguns institutos sejam revistos. Nesse sentido, por constituírem premissas indispensáveis à perfeita compreensão da proposta, neste trabalho são estudados previamente os temas da natureza do instituto, da jurisdição, seus caracteres e prepostos; a problemática que envolve a tutela jurisdicional, o acesso à justiça e a efetividade do; a realidade vivida pela sociedade contemporânea e a necessidade de prestação sumarizada da tutela jurisdicional; a caracterização do novo instituto da antecipação frente às técnicas diferenciadas de tutela e a sua distinção das medidas cautelares, liminares e julgamento antecipado da lide; a utilização do juízo de verossimilhança da alegação como técnica de antecipação da tutela; os poderes dos juízes frente à possibilidade de emissão de provimentos antecipatórios; as finalidades das decisões proferidas com base no artigo 273 do Código de Processo Civil; e, por fim, a análise dos efeitos que compõem os provimentos sentenciais e verificação daqueles que estão sujeitos à antecipação, bem como análise das possibilidades de revogação da tutela antecipada.

O texto da pesquisa está distribuído em sete capítulos, subdivididos em itens e subitens, para melhor compreensão do tema proposto.

2 OBSERVAÇÕES SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Como pode nos parecer à primeira vista, o instituto da antecipação da tutela não encerra nenhuma novidade que tenha sido introduzida no ordenamento processual civil brasileiro, por força da Lei 8.952/94, conferindo nova redação ao artigo 273, do Código de Processo Civil.

Anteriormente à vigência dessa lei, já era possível, em determinados casos específicos, a antecipação da providência que se buscava, como por exemplo nos casos de pedido de liminar de reintegração de posse (artigo 928 do CPC) e no caso da venda antecipada de bens penhorados, se sujeitos a deterioração ou se tal venda representasse manifesta vantagem (artigo 670 do CPC).

Portanto, a nova redação do artigo 273 do Código de Processo Civil nada mais fez do que regular, de modo generalizado e sistemático, o uso do instituto da antecipação da tutela, que até então era empregado em casos excepcionais.

Contudo, o antecedente mais próximo desse instituto, encontra-se insculpido no artigo 84, § 3º, do CDC, datado de 11.09.90, que diz: "Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu."

A antecipação da tutela se traduz, contudo, numa importante revolução processual, que rompeu a barreira do passado, caracterizada pelo até então existente preconceito de que a antecipação dos efeitos não se coadunava com o acautelamento.

A importância maior que talvez tal instituto tenha trazido, é o fato de o inciso II, do artigo 273, do CPC, não exigir a presença do *periculum in mora*, bastando,

nesse caso, apenas que fique caracterizado qualquer comportamento reprovável do réu. Assim sendo, com tal instituto, qualquer processo de conhecimento, seja ele ordinário ou sumário, é possível lhe ser atribuída a antecipação do provimento de mérito.

Resgata-se, pois, ao menos em parte, a idéia de celeridade da prestação jurisdicional aos jurisdicionados, atribuindo, via reflexa, ao Poder Judiciário, o respeito que lhe é devido, porquanto sustentáculo imprescindível do Estado de Direito.

2.2 NATUREZA DO INSTITUTO

De forma quase unânime, a doutrina tem entendido que a natureza da tutela antecipada nada tem de cautelar, posto que se trata de adiantamento do provimento que se busca no mérito da causa, tratando-se, desta sorte, de antecipação satisfativa da prestação jurisdicional pretendida. No entender de Antônio Cláudio da Costa Machado, "tutela antecipada é instituto que passa a integrar o procedimento cognitivo comum, afastando por completo a idéia de duplicação de feitos."¹

Não se trata, o instituto da tutela antecipada, de medida cautelar concedida diante de regras e princípios disciplinadores dessa espécie no ordenamento processual vigente, tratando-se, como assinala Sérgio Bermudes, de "prestação jurisdicional cognitiva, consistente na outorga adiantada da proteção que se busca no processo de conhecimento, a qual, verificados os pressupostos da lei, é anteposta ao momento procedimental próprio."² Tal entendimento também é

¹ MACHADO, A. C. da C. **Tutela Antecipada**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999, p. 273.

² BERMUDES, S. **A Reforma do Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 28

compartilhado por Nelson Nery Júnior, que assinala com propriedade que "a tutela antecipada dos efeitos da sentença de mérito não é tutela cautelar porque não se limita a assegurar o resultado prático do processo, nem a assegurar a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor, mas tem por objetivo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado ou seus efeitos."³

Em que pese, em princípio, poder se atribuir semelhança a estes dois institutos, a diferença entre eles existe e é bastante clara, se considerarmos que a medida cautelar visa assegurar o efeito prático de um processo principal, enquanto que a tutela antecipada, por seu turno, se constitui na própria providência requerida, que pode ser deferida no todo ou em parte, tendo havido, inclusive, posicionamento do Superior Tribunal de Justiça⁴ nesse sentido, tratando, assim, da diferença existente entre estes dois institutos.

Mister ressaltar que a diferença existente entre a tutela antecipatória da cautelar ficou patente no ordenamento processual brasileiro, na medida em que a tutela antecipada foi inserida em tal ordenamento, no livro I, do Código de Processo Civil, que tem por objeto o processo de conhecimento.

Calamandrei diferencia tutela antecipada de tutela cautelar, como sendo *perigo da "tardività"* e *perigo da "infruttuosità"* ou perigo da tardividade e perigo da infrutuosidade.

³ NERY JÚNIOR, N. **Atualidades sobre o Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 53.

⁴ "A antecipação da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a sentença de mérito a ser proferida ao final. Já a cautelar visa a garantir o resultado útil do processo principal. Enquanto o pedido de antecipação de tutela pode ser formulado na própria petição inicial da ação principal, a medida cautelar deve ser pleiteada em ação separada, sendo vedada a cumulação dos pedidos principal e cautelar num único processo." (STJ – 2ª T., Proc. REsp. n. 60.607-SP, Rel. Min. Ademar Maciel – DJU de 04.09.97, pág. 49.929)

Protegendo do perigo da tardividade, o provimento de urgência incide diretamente sobre a relação jurídica de direito material deduzida em juízo, objeto do pedido principal.

Já o perigo da infrutuosidade é tutelado através de medidas de assecuração da prova e da justiça da futura decisão, bem como a futura execução da decisão final principal, ou seja, que servem para facilitar o resultado prático de futura decisão ou execução, coibindo a dispersão da prova ou dos bens que possam ser objetos dela.

2.2.1 Aspectos Comuns da Tutela Antecipada e da Tutela Cautelar

Mesmo havendo entendimento dominante de que tutela antecipada e tutela cautelar não se confundem, existem, entre esses dois institutos, algumas alguns aspectos comuns, que passaremos, agora, a relacioná-los.

O primeiro deles, é o *caráter de provisoriedade* de ambos os institutos, valendo dizer, dessa forma, que nenhum deles declara, constitui, condena ou executa, sendo que, no ensinar de Victor Marins "os efeitos por elas gerados circunscrevem-se exclusivamente ao processo e ao plano dos fatos, ao mundo fenomênico, não atingem o mundo jurídico para declarar, criar, modificar, ou extinguir direitos, ou impor definitivamente a quem quer que seja determinada prestação."⁵

Temos, ainda, o aspecto sumário da cognição (*sumario cognitio*), posto que, em ambos os casos, o juiz, ao apreciar o pedido, há de levar em conta a aparência, e não a certeza do direito tutelado. Embora o artigo 798 requeira a ocorrência de

⁵ MARINS, V. A. A. B. Antecipação da tutela e tutela cautelar. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 564.

"fundado receio" e o artigo 273, exija "prova inequívoca" e "verossimilhança da alegação", o que se prestigia, em ambos os casos é o *fumus boni juris*.

O *juízo de aparência* também se faz presente em ambos os casos, posto que o juiz, nesse momento, não está definindo a questão; não está dizendo o direito. Está, apenas, decidindo de forma provisória, de acordo com as circunstâncias que lhe são apresentadas.

Tanto a tutela cautelar, quanto a antecipação da tutela, prevêem a *revogabilidade e modificabilidade*, encontrando-se, tais previsões, nos artigos 273, § 4º, 805 e 807, todos do CPC.

A possibilidade de *justificação prévia* também é comum a ambos os casos. Com efeito, no procedimento cautelar existe previsão expressa (artigo 804, do CPC), sendo que o artigo 273, do Código de Processo Civil, nada diz a respeito, sendo, pois, omissis. Contudo, é possível que se conclua, da possibilidade de justificação prévia, eis que "no que diz respeito à demonstração de *periculum in mora*, não há diferença significativa entre proteção cautelar e proteção antecipatória, como preleciona Victor Marins⁶, valendo-se dos ensinamentos de Barbosa Moreira. Aliás, é esse o entendimento de Nelson Nery⁷ e de Antônio Cláudio da Costa Machado⁸, sobre a possibilidade de haver a audiência de justificação.

Tanto um instituto, quanto o outro, exigem a *possibilidade de reversibilidade*, pois não seria aceitável que o juiz determinasse a prática de providência irreversível, o que causaria, certamente, prejuízo ao réu. Não havendo, portanto, possibilidade

⁶ MARINS, *Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela*, p. 564.

⁷ "Se para a concessão da medida liminar o juiz entender necessário, designará audiência de justificação prévia." (NERY JÚNIOR, p. 58)

⁸ "...parece-nos que frente à disciplina global da tutela antecipatória que é integrada por certo pelo § 3º do art. 461, está autorizada pelo sistema a invocação analógica desde último dispositivo para permitir ao juiz realizar audiência de justificação prévia no âmbito da outorga da providência genérica do art. 273." (MACHADO, p. 273)

de reversão, o pedido, quer seja de antecipação de tutela, quer seja de tutela cautelar, não poderá ser deferido.

Por fim, nenhum dos dois institutos produzem *coisa julgada material*, vez que são concedidos mediante *sumaria cognitio*.

2.2.2 Aspectos Diferenciais entre Tutela Antecipada e Tutela Cautelar

Antes de traçarmos as diferenças existentes entre tutela antecipada e tutela cautelar, nos valem, mais uma vez, da diferenciação desses institutos, onde tutela antecipada consiste em prover, antes da decisão de mérito, no todo ou em parte, os efeitos práticos de uma sentença, ao passo que a tutela cautelar objetiva resguardar a tutela que se busca no processo.

O primeiro elemento diferenciador desses dois institutos é a *autonomia processual*, que segundo o jurista paranaense, Victor A. A. Marins, é "ponto marcante"⁹ no perfil da tutela acautelatória, pois trata-se a tutela cautelar de processo funcional e estruturalmente autônomo, posto que não é retirada sua autonomia, mesmo estando ele vinculado a um processo satisfativo. Na antecipação de tutela, não existe esta autonomia, valendo lembrar que, por se tratar de uma decisão interlocutória, como fartamente já foi dito, esta está intimamente vinculada a um pedido, que busca ser antecipado.

Na ótica de Marins, existe ainda o princípio da *congruência*, que se consubstancia na vinculação necessária entre o conteúdo do pedido e a sentença, de observância imprescindível para a antecipação da tutela, mas dispensável no que respeita a tutela cautelar, prevalecendo, na tutela cautelar, o princípio da *fungibilidade*.

⁹ MARINS, Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela, p. 566.

O elemento *urgência*, em que pese figurar em alguns casos de antecipação de tutela não é comum à tutela cautelar, posto que, no inciso II, do artigo 273, não trata deste aspecto. O abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu nada têm a ver com a questão de urgência. A urgência, para a tutela cautelar, é elemento essencial para a sua concessão.

Por fim, temos o *abuso do direito de defesa* e o *manifesto propósito protelatório do réu*, que são casos específicos para a antecipação da tutela, não figurando no rol de possibilidades que ensejem a tutela cautelar.

3 CONDIÇÕES PARA A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

3.1 CONDIÇÕES PARA A ANTECIPAÇÃO

A antecipação da tutela pode ser concedida pelo juiz que, a requerimento da parte, se convença da verossimilhança da alegação, mediante a existência de prova inequívoca, devendo haver, ainda, a existência de um dos incisos do artigo 273, do CPC. Assim, é imperiosa a conjugação de um dos incisos com o *caput* do artigo 273 do aludido código, para que seja deferida a antecipação.

O requerimento, para tanto, pode vir contido na peça inicial (quando fundado no inciso I, do artigo 273), ou pode ser requerido no curso do processo. Não é cabível o requerimento da tutela antecipada, na peça inicial, fundada no inciso II, do artigo 273, porquanto tal possibilidade só pode ser apurada após o oferecimento da contestação.

Para que se possa adentrar nas condições necessárias para a antecipação da tutela, se faz necessário entender e distinguir, antes de mais nada, as hipóteses tratadas nos incisos I e II, do artigo 273, do Código de Processo Civil. Ambas as hipóteses, além dos pressupostos genéricos (prova inequívoca e verossimilhança da alegação), possuem pressupostos particulares próprios.

3.2 PROVA INEQUÍVOCA E VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO

Traduzindo-se de forma literal, a palavra inequívoca diz respeito a algo certo, seguro, correto, que não dá margem a erro ou engano. Ocorre que, entretanto, prova alguma é inequívoca, porque simplesmente não há prova que

transmita certeza absoluta de um fato ou de um acontecimento, valendo dizer que, qualquer juízo sobre fatos no processo é juízo de verossimilhança e não de certeza.

Isso porque a prova, enquanto escrita, pode ser falsa, mesmo se tratando de escritura pública, como já julgou o Superior Tribunal de Justiça.¹⁰

Já quanto à prova testemunhal, também existe a probabilidade da incerteza, posto que esta pode ser maculada, eis que o depoente pode não estar dizendo a verdade ou, no caso de várias testemunhas, podem estas estarem enganadas quanto ao que esclarecem ou não terem compreendido corretamente o acontecimento sobre o qual testemunham, gerando, também nesse caso, equívoco quanto aos fatos.

Também uma sentença não é prova inequívoca, posto que, se assim fosse, não caberiam recursos ou mesmo a propositura de ação rescisória fundada em prova falsa, situação prevista no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Dessa forma, seria forçoso concluir que prova inequívoca, revestida de absoluta certeza, não existe, o que impediria, portanto, a antecipação de tutela, se interpretado de modo restritivo o significado da expressão "prova inequívoca". O que na verdade, pretendeu o legislador, foi considerar como prova inequívoca aquela que, ante aos fatos expostos, fosse suficiente para a formação de juízo de probabilidade, capaz de antecipar a medida buscada.

A prova inequívoca a que alude o legislador, não é aquela que seja suficiente para a prolação da sentença¹¹, pois se assim fosse, não estaria se

¹⁰ "A prova plena referida no artigo 134, do Código Civil diz respeito ao ato jurídico documentado na escritura pública, nada refletindo no conteúdo das declarações feitas pelas partes, que pode ser verdadeiro ou não." (STJ – 2ª T., Proc. REsp. n. 36.174-SP, Rel. Min. Ari Pargendler – DJU de 21.10.96, pág. 40.227)

¹¹ "De qualquer forma, prova inequívoca não é aquela suficiente para acolhimento do pedido, o que autoriza o julgamento antecipado." (BEDAQUE, J. R. Antecipação da tutela jurisdicional "in" **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 236)

concedendo a tutela pretendida, e sim, julgando antecipadamente o mérito da causa, conforme previsão do artigo 330, inciso I, do código processual em vigor, entendimento esse defendido por Luiz Guilherme Marinoni¹² e por Estevão Mallet, que vai além, dizendo que "...se a sentença pode fundar-se, até mesmo, em ausência completa de prova, decidindo o juiz apenas com apoio nas regras sobre ônus da prova, dizer que prova inequívoca é a prova suficiente à prolação da sentença equivale a incluir, no conceito de prova inequívoca, a hipótese de ausência de prova, o que soa exorbitante." ¹³

De toda sorte, sempre prevalecerá o princípio insculpido no artigo 131 do CPC, onde se atribui plena liberdade ao magistrado para a apreciação da prova.

Interessante, ainda, a análise do requisito de "convencimento da verossimilhança da alegação", porquanto, paralelamente a este, existe a necessidade de haver a discutida prova inequívoca. Isso porque, sendo a prova "inequívoca", o certo seria concluir que não há possibilidade de erro, de engano ou de incerteza sobre o que se busca, sendo imperioso, portanto, conceder a tutela buscada, na medida em que tal prova inequívoca, de acordo com sua denominação, seria suficiente para tanto.

Seria, pois, o convencimento da verossimilhança da alegação, frente a tal situação, letra morta, onde a prova, por ser inequívoca, revestida de tamanha certeza, já seria suficiente para a concessão da antecipação.

O que ocorre, na verdade, como já observado anteriormente, é que a expressão "prova inequívoca", a bem da verdade, é aquela suficiente para a formação de juízo de probabilidade, e não a prova revestida de certeza absoluta, o

¹² MARINONI, L. G. **A Antecipação da Tutela na Reforma do Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 67-68.

¹³ MALLET, E. **Tutela Antecipada no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998, p. 54.

que permite, dessa forma, dar continuidade ao estudo do *caput* do artigo 273 do CPC, analisando-se, agora, a questão do convencimento da verossimilhança da alegação feita.

A verossimilhança da alegação não pode apenas estar lastreada no alinhamento de opiniões acerca da questão tratada nem, tampouco, a busca de se encontrar solução para o caso pode tornar incerto o direito. Aliás, o artigo 126, do CPC, é claro ao dizer que não se exime o julgador de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, o que, em outras palavras, implica dizer que tal situação não pode obstaculizar a antecipação da tutela. "Em consequência, ainda que controvertida a interpretação propugnada pelo requerente da tutela antecipada, se o juiz a tiver por acertada deverá deferir o pedido, não cabendo, em virtude da assinalada controvérsia, acoimar-se de inverossímil a alegação."¹⁴

Observou Pontes de Miranda que "a certeza e liquidez de um direito não podem depender de não haver dúvida quanto à lei que rege esse direito, porque tal dúvida é que subjetiva, existe e depende de elementos interiores, de estados de consciência e de convicção dos juizes, e não da relação jurídica."¹⁵ Assim, a norma jurídica não pode se tornar duvidosa só por se constituir em discussão doutrinária.

Na ótica da processualística contemporânea, juízo de verossimilhança nada mais é do que um juízo de probabilidade, pouco mais do que o óbvio, sendo que para Calamandrei, verossimilhança vem a ser um grau de convencimento superior à possibilidade e inferior à probabilidade. O fato de ter a lei vinculado o convencimento da verossimilhança da alegação à prova inequívoca, é sinal de que a probabilidade identificada na verossimilhança não significa, de forma alguma, um grau mínimo da provável realidade da alegação. Ao contrário. Tem-se que na tutela antecipada, o grau de probabilidade que decorre da prova inequívoca se não é, está muito

¹⁴ MALLET, p. 58

¹⁵ MIRANDA, F. C. P. de. **Comentários à Constituição de 1967**. Rio de Janeiro: Forense, 1987, tomo V, p. 363.

próximo do máximo. Certo é, pois, que a antecipação da tutela exige probabilidade e esta há de ser intensa, capaz de induzir a identificação plena entre probabilidade e verossimilhança.

Feitas estas considerações acerca das exigências contidas no *caput* do artigo 273, do CPC, passaremos, a seguir, a analisar os incisos de tal artigo.

3.3 FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO

A exigência contida no inciso I, do artigo 273, do CPC - que se refere à "...fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;" - é semelhante, em termos, ao disposto no § 3º, do artigo 461 do mesmo código - que diz que "...havendo justificado receio de ineficácia do provimento final..." - cujo parágrafo também fora introduzido no Código de Processo Civil por força da Lei 8.952, de 13.12.94.

A concessão da tutela antecipada, no caso previsto no inciso I, do artigo 273, justifica-se apenas quando se torna imprescindível para evitar a ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Não é possível que a medida seja deferida com vistas à possível vantagem que poderá advir da entrega, ainda que precária, da prestação jurisdicional buscada. Assim, o propósito de tal inciso é a necessidade, e não a utilidade que o efeito possa vir a trazer ao autor. Conclui-se, assim, que a simples demora da demanda não é motivo justificável para se conceder a autorização da tutela, evidentemente.

Assim é que o perigo que possa justificar a ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação deve ser cristalinamente demonstrado, não sendo suficiente para a antecipação, o mero temor, desacompanhado de elementos que corroborem para com as assertivas deduzidas no pedido. Portanto, se existir o perigo, este deve ser provado, sob pena de não ser deferida a antecipação. Nesse aspecto, deve

haver, por parte do magistrado a quem caberá a decisão da concessão, ou não, da antecipação da tutela, cognição exauriente da alegação, não podendo se valer, apenas, de apreciação sumária do alegado.

Imperioso, também, seja estabelecida a relação de causa e efeito entre a demora na emissão do provimento e os prejuízos que possam decorrer de tal demora, sob pena de faltar interesse processual para o requerimento da medida, já que esta não é apta para evitar consumação de danos. Importante, ainda, que a medida se lastreie em perigo atual, e não em perigo passado, o que resultaria na impossibilidade de antecipação.

3.4 ABUSO DO DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU

Antes de mais nada, é preciso notar que o texto do inciso II, do artigo 273, prevê a ocorrência de duas situações distintas entre si, quais sejam, "abuso do direito de defesa" ou "manifesto propósito protelatório do réu", e dessa forma, devem ser analisadas separadamente, buscando uma melhor interpretação de cada situação.

Analisando o abuso do direito de defesa, também somos forçados a entender qual o sentido correto da palavra "defesa". Teria lhe sido emprestado o significado de contestação ou simplesmente, de resposta? Para Camon de Passos, Carreira Alvin e Cândido Rangel Dinamarco, a palavra "defesa" estaria relacionada à contestação, e não à resposta. Sustentam essa opinião, justificando tanto o inciso III do artigo 14, como o inciso I, do artigo 17, referindo-se ao termo "defesa" no sentido de razões dedutíveis pelo réu contra a pretensão do autor, razões que encontram na peça contestatória, o seu veículo formal, segundo o disposto no artigo 300, do CPC.

Superado o conceito de "defesa", passemos ao estudo do "abuso do direito de defesa", primeira das situações elencadas no inciso II, do artigo 273, do CPC.

Parece-nos que abuso do direito de defesa, nesse sentido, seria a prática, no curso do processo, de atos indevidos e desnecessários e, porque não, impertinentes. No estudo desse assunto, encontramos a opinião de Calmon de Passos, que ensina que "Talvez a melhor maneira de definir o abuso do direito seja dizer-se que ele ocorre quando se exercita, além do limite necessário, o direito que se tem, ou quando esse exercício objetiva não alcançar a tutela que a ele se associa e é devida a seu titular, sem outro fim, mesmo lícito que seja ou moralmente justificável. Todo desvio de finalidade é um abuso."¹⁶

Passando para o estudo da segunda parte do inciso II, do artigo 273, do CPC, podemos fazer a seguinte ilação: se consideramos que o "abuso do direito de defesa" seja o exercício exorbitante do direito de contestar, podemos considerar que "propósito protelatório do réu" nada mais é que qualquer outro ato não relacionado à contestação, que tenha por escopo o retardamento do processo.

Definindo a idéia de "manifesto propósito protelatório", citamos o pensamento do Prof. Costa Machado¹⁷:

(...) manifesto propósito protelatório do réu é a intenção clara do demandado de procrastinar o andamento do processo e a outorga do provimento final, intenção cuja evidência é revelada pela utilização exorbitante do direito de resposta, que não a contestação e do direito de provocar incidentes, bem como pela prática de quaisquer atos isolados de caráter temerário. Acerca do direito de resposta, chamamos a atenção para o fato de que ele é exorbitante, ou excessivo, tanto na hipótese de o réu se valer de uma só de suas modalidades com intenção flagrantemente procrastinatória, como no caso dele se valer do oferecimento simultâneo de várias respostas (reconvenção, exceção, impugnação ao valor

¹⁶ PASSOS, J. J. C. de. *Inovações no Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 18.

¹⁷ MACHADO, A. C. da C. *A Reforma do Processo Civil Interpretada*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 25

da causa, denunciação, etc.) descabidas, todas ou algumas, ou desprovidas de razoável fundamento ou articulação.

Finalizando a abordagem do inciso II, do artigo 273, do CPC, ousamos apresentar um conceito de Calmon Passos, que bem diferencia "abuso de direito" de "propósito protelatório":

A par do abuso de direito, também pode fundamentar a antecipação a comprovação nos autos de que há, por parte do réu, manifesto propósito protelatório. No já mencionado art. 17, fala-se em provocar incidente manifestamente infundado; é uma hipótese capaz de configurar intuito protelatório. Quem postula sem fundamento sério, abusa do direito de demandar; inclusive quem, no curso da demanda, provoca incidentes infundados, além do abuso do direito, revela propósito manifestamente protelatório. Também quem opõe resistência injustificada ao andamento do processo exterioriza manifesto intuito protelatório. Protelatório é tudo que retarda, sem razão atendível, o andamento do feito. E esse instituto é manifesto quando desprovido do ato, tido como protelatório, de justificação razoável, vale dizer, quando dele não poderá resultar proveito processual lícito para o interessado em sua prática.¹⁸

3.5 PERIGO DA IRREVERSIBILIDADE

Ao dispor, o § 2º, do artigo 273, do CPC, que "Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.", a Lei impôs mais um requisito a ser cumprido por quem requeira a antecipação. Dessa forma, para ver atendido seu pedido, deverá, o autor, atentar para a existência de prova inequívoca e *periculum in mora* (quando seu pedido se fundar no inciso I, do artigo 273), ou de prova inequívoca e abuso de direito de defesa ou de manifesto propósito protelatório do réu (quando sua pretensão se baseie no inciso II, do artigo 273), como também demonstrar ao juiz – e também convencê-lo – de que a alteração da medida é possível de reversão.

¹⁸ PASSOS, p. 25.

No que diz respeito à natureza da irreversibilidade, a grande maioria dos doutrinadores entende que se trata de uma irreversibilidade fática, encontrando-se, nessa corrente, grandes juristas, tais como Ernani Fidelis dos Santos¹⁹, Carreira Alvin²⁰, Egas Dirceu Moniz de Aragão²¹, Ovídio A. Baptista da Silva²² entre outros.

Para Teori Albino Zavaski, tal dispositivo insculpido no § 2º, do artigo 273, do CPC, consiste no "princípio do núcleo essencial" e, no seu entender, "antecipar irreversivelmente seria antecipar a própria vitória definitiva do autor, sem assegurar ao réu o exercício do seu direito fundamental de se defender, exercício esse que, ante a irreversibilidade da situação de fato, tornar-se-ia absolutamente inútil, como inútil seria, nestes casos, o prosseguimento do próprio processo."²³

Na ponderada opinião de Antônio Cláudio da Costa Machado²⁴, a explicação mais plausível para a exigência da reversibilidade, prevista no parágrafo §, do artigo

¹⁹ "A irreversibilidade se traduz na impossibilidade material de se voltarem as coisas ao estado anterior." (SANTOS, E. F. dos **Novos Perfis do Processo Civil Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 27)

²⁰ "No fundo, irreversível não é uma qualidade do provimento – na medida em que toda decisão num determinado sentido comporta decisão em sentido contrário –, mas da consequência fática que dele resulta, pois esta é que poderá correr o risco de não ser reposta no *statu quo ante*, ou não sê-lo em toda a sua inteireza, ou sê-lo somente a elevadíssimo custo, que a parte por ele beneficiada não teria condições de suportar." (ALVIN, C. **A antecipação da tutela na reforma processual "in" A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 74)

²¹ "Quer a lei, portanto, que a tutela somente seja adiantada se comportar reposição no estado anterior." (ARAGÃO, E. D. M. de **Alterações do código de processo civil: tutela antecipada, perícia "in" A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 241)

²² "Leia-se 'irreversibilidade dos efeitos', não irreversibilidade do provimento, como consta nesse parágrafo. O provimento, enquanto decisão provisória, não será irreversível, posto que revogável, embora possa, isto sim, produzir, no plano fático, efeitos irreversíveis." (SILVA, O. A. B. da **A 'antecipação' da tutela na recente reforma processual "in" A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 142)

²³ ZAVASKI, T. A. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 97.

²⁴ MACHADO, A. C. da C. **Tutela Antecipada**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999, p. 473

273, do CPC, se situa no plano constitucional da garantia do *due process of law*²⁵, hoje reconhecido explicitamente entre nós, na redação do artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal.

Mesmo com tais considerações, importante observarmos que existem casos em que se permite a satisfatividade irreversível da tutela antecipada, sob pena de perecimento do direito (v. g. litígios envolvendo planos de saúde, em que as empresas se negam a cobrir as despesas hospitalares em razão do tipo de doença)²⁶. Nesses casos, como observa Ovídio Baptista, "se o índice de plausibilidade do direito for suficientemente consistente aos olhos do julgador entre permitir sua irremediável destruição ou tutelá-la como simples aparência, esta última solução torna-se perfeitamente legítima."²⁷.

De se registrar, por fim, que nas hipóteses em que o adiantamento, na prática, se tornar definitivo, ao juiz é vedado antecipar a tutela.²⁸

²⁵ No mesmo sentido, THEODORO JÚNIOR, H. na obra *Tutela antecipada "in" Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 198; e DIAS, B. C. na obra *A jurisdição na tutela antecipada*. São Paulo: Saraiva, 1999, p.83.

²⁶ BEDAQUE, p.238

²⁷ SILVA, p.142

4 PROCEDIMENTOS NA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

4.1 REQUERIMENTO DA PROVIDÊNCIA

O artigo 273 do CPC, que disciplina a antecipação da tutela, preceitua que a antecipação poderá ser concedida "a requerimento da parte", o que exclui, portanto, a possibilidade de que esta seja deferida pelo juiz, *ex officio*.

Não obstante o contido no *caput* do artigo 273, é importante não nos olvidarmos das disposições dos artigos 2º e 262, do CPC, onde fica evidenciado que "Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a requerimento da parte..." e "O processo civil começa pela iniciativa da parte...", respectivamente, ficando, pois, a atividade do juiz, delimitada nos parâmetros estabelecidos pela parte, seja quanto à iniciativa e natureza do pedido, seja quanto à utilização de meios de prova e de convencimento.

Isso faz com que notemos que o instituto da antecipação da tutela garante a soberana decisão do jurisdicionado, de quando e como pleitear a providência jurisdicional, mantendo, dessa forma, como não poderia deixar de ser, a imparcialidade do magistrado que conhece da causa.

Assim sendo, podemos considerar que o requerimento da providência cabe, exclusivamente, à parte que efetivamente está postulando a tutela definitiva. Em sendo assim, pode requerer a antecipação da tutela, não apenas o autor, como também o reconvinte, o substituto processual e o oponente. Teori Albino Zavaski assevera ainda que "Nos casos de ação dúplice, em que a tutela definitiva poderá vir a ser conferida ao réu, mesmo sem reconvenção, nada impede que, presentes os

²⁸ ASSIS, A. de A. Antecipação da tutela "*in*" Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 28

requisitos exigidos, venha ele, réu, pedir medida antecipatória em seu favor."²⁹ A possibilidade de requerimento da antecipação pelo réu é defendido por Cândido Rangel Dinamarco, quando cita a hipótese do réu requerer, em ação de consignação em pagamento, o levantamento dos valores sobre os quais não há controvérsia.

É preciso, contudo, fazermos um parênteses, quando estudarmos a questão da tutela antecipada em ações que dizem respeito às obrigações de fazer ou de não fazer, tendo em vista que, em referidas ações, via de regra, o direito tutelado é de cunho patrimonial ou não patrimonial. Por conta disso, ocorreu a atenuação do princípio da demanda para a tutela relacionada à urgência.

Imperioso, para tal estudo, a análise do artigo 461, do CPC, que estabelece que "Na execução que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado equivalente ao do cumprimento."

Em seu § 3º, consta que "Sendo relevante o fundamento da demanda, e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder tutela liminarmente ou mediante justificção prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada."

O § 4º de tal artigo, por seu turno, traz que "O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do auto, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito."

Vê-se, pois, que foi conferido ao magistrado, a possibilidade de aplicação de multa, sem que, para tanto, fosse necessário o requerimento da parte que se beneficiaria de tal providência. Tal multa, quando aplicada, visa, no entender de

²⁹ ZAVASKI, T. A. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 103

Cândido Rangel Dinamarco, "...promover a efetividade de alguma decisão judiciária."³⁰

Este pensamento também é comungado por Jorge Pinheiro Castelo, que em sua tese de doutorado assevera que "As multas tem por escopo pressionar psicologicamente o obrigado a cumprir a obrigação específica imposta pelo provimento jurisdicional..."³¹ (sic), e também por Kazuo Watanabe, que ensina que "A multa é medida de coerção indireta imposta com o objetivo de convencer o demandado a cumprir espontaneamente a obrigação."³²

Temos ainda, a possibilidade estampada no § 5º, do artigo 461, do CPC, que diz que "Para a efetivação da tutela específica ou para obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias...", que no entender de Kazuo Watanabe, tais medidas constituem-se em "...meios sub-rogatórios que o juiz deverá adotar enquanto for possível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente."³³ Tais providências, para Jorge Pinheiro Castelo, "...equivalem a antecipação da tutela específica."³⁴, havendo posicionamento contrário de Dinamarco, que afirma serem

³⁰ DINAMARCO, C. R. D. **A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 159.

³¹ CASTELO, J. P. **Tutela Antecipada no Processo do Trabalho**. Tese de doutorado em direito do trabalho, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, pág. 52.

³² WATANABE, K. Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer "in" **Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 47.

³³ WATANABE, p. 44.

³⁴ CASTELO, p. 53.

"medidas de apoio"³⁵, concluindo que "Estas não são medidas de antecipação de tutela, mas de resguardo à eficácia das decisões judiciais."³⁶

Assim sendo, é de se concluir que as providências sub-rogatórias da tutela específica antecipada podem ser determinadas de ofício, conforme previsão expressa do artigo 461, § 5º, do CPC, concluindo-se, finalmente, que quando for necessário, em ação de obrigação de fazer ou de não fazer, é lícito, ao magistrado, de ofício, conceder a tutela antecipatória.

4.2 LEGITIMIDADE PARA REQUERER

Textualmente, o *caput* do artigo 273, do CPC, diz que "O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar total ou parcialmente os efeitos da tutela pretendida...", o que mostra que a antecipação é faculdade exclusiva da parte, vedando, via reflexa, a possibilidade de que esta seja concedida de ofício, pelo julgador, tanto que Calmon de Passos é taxativo ao dizer que "...nem por ser indisponível o direito em causa pode o juiz, de ofício, antecipar a tutela."³⁷

Assim, possuem legitimidade para requerer a antecipação da tutela, todos aqueles que deduzem pretensão em juízo, tais como o denunciante, o oponente e o autor da declaração incidental., como nos ensina José Joaquim Calmon de Passos, ao afirmar que: "A antecipação é verdadeira execução provisória;

³⁵ DINAMARCO, p. 161

³⁶ DINAMARCO, p. 161

³⁷ PASSOS, J. J. C. de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 8. ed. vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 34.

consequentemente, legitimado para pedi-la é todo aquele que o será para ajuizar a execução provisória ou definitiva.”³⁸.

O réu, quando apresenta reconvenção, é considerado autor nessa ação autônoma, lhe sendo facultada, portanto, a possibilidade de requerer a antecipação dos efeitos da tutela pretendida na reconvenção.

Pode o réu, ainda, formular pedido em ações dúplices, como no caso do processo pelo rito sumário, onde lhe é lícito pedir a antecipação da tutela, não podendo nos esquecer que o réu poderá "...deduzir pedido autônomo, por meio de outro processo, em face do autor, para ver declarada a existência ou inexistência da relação jurídica prejudicial, ou para ver reconhecido, v. g., seu direito de crédito, ou ainda, deduzir pedido independente em face de terceiro..."³⁹, como lembra Antônio Cláudio da Costa Machado.

Ao assistente (simples ou litisconsorcial) e ao Ministério Público *custo legis* também é lícito o requerimento de antecipação de tutela, sendo certo que, nesses casos, não estão formulando o pedido, propriamente dito, mas tão somente pleiteando seja concedida a antecipação dos efeitos da sentença, pois o pedido já foi feito pela parte⁴⁰.

³⁸ PASSOS, p. 36

³⁹ MACHADO, A. C. da C. **Tutela Antecipada**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999, p. 518.

⁴⁰ NERY JÚNIOR, N. Procedimentos e tutela antecipatória "in" **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 389

4.3 COMPETÊNCIA

De forma tranqüila, a doutrina admite que a competência para a apreciação do pedido é do juiz da causa, até que seja proferida a decisão definitiva.

Como já dissemos, trata a antecipação de tutela de decisão interlocutória, proferida anteriormente à decisão do mérito da ação. Nesse sentido, fácil de se concluir que, a competência para a apreciação do pedido da antecipação cabe ao juiz da causa, como dito acima.

Ocorre que, como já dito, poderá haver a concessão da antecipação em qualquer fase processual, valendo dizer, dessa forma, que o pedido poderá ser levado a efeito em segunda instância, após a prolação da sentença de mérito.

Nesse caso, a competência passa a ser do juiz de segunda instância, ou não?

Primeiramente, importante lembrar que, ao sentenciar, o juiz de primeiro grau cumpre sua função jurisdicional, prestando, assim, a tutela buscada, só podendo promover alterações no *decisum* por força de oposição de embargos de declaração ou para corrigir inexatidões materiais ou erros de cálculos.

Sustentando ser de competência do juiz de primeiro, Calmon de Passos assim se manifesta:

...o juiz da causa, mesmo depois de proferir a decisão de mérito, continua competente para a execução do julgado, inclusive em caráter provisório. Assim sendo, a antecipação que é 'execução', coloca-se no âmbito de sua competência e não no espaço da competência do juiz, definido em lei, para julgar o recurso cabível dessa decisão, cuja tutela se quer antecipar. Por outro lado, conceder a antecipação não é 'alterar' o decidido. Assim, pode-se pretender concluir que, mesmo pendente o recurso, a antecipação da tutela é da competência do juiz de primeiro grau, ou melhor, do juiz a quo e não do ad quem.⁴¹

⁴¹ PASSOS, p. 38

Em sentido contrário, temos a posição de Nelson Nery, que entende que "A competência será sempre do tribunal, pois ao juiz não é dado inovar no processo depois de haver proferido sentença (CPC art. 463). Caso tenha sido interposto recurso, com muito maior razão essa competência é dada ao tribunal, *ex vi* da incidência, por extensão, do CPC 800, parágrafo único, na redação dada pela Lei 8.952/94."⁴² Nos parece, essa, a posição mais aceitável, justamente pela limitação imposta ao juiz, pelo artigo 463, do CPC.

Admitindo, pois, que a competência é do tribunal, para conhecer do pedido de antecipação de tutela, quando formulado em grau recursal, o problema é saber que órgão do tribunal possui competência para o conhecimento do pedido.

É importante, para tal questão, atentarmos para o fato de que, antes de ser o processo distribuído a um relator, o requerimento de tutela antecipada, no tribunal, deve ser apreciado e julgado pelo seu presidente, ou então por outro órgão que o regimento interno do tribunal especificar.

E após a distribuição? Quem detém a competência? Para trazer à baila a discussão sobre a questão, valemo-nos, uma vez mais, do pensamento do jurista baiano, Calmon de Passos, para quem "No segundo grau, o que se antecipa é a tutela obtenível com o recurso... e essa tutela só é deferível pelo colegiado, donde nos parece que o pedido de antecipação, ainda que dirigido ao relator, será objeto de tratamento procedimental idêntico ao que se prevê para reexame do mérito do recurso, em que se postula a tutela que se deseja ver antecipada."⁴³, afastando, assim, a competência do relator, para a concessão, ou não da tutela antecipada.

Em que pese a sua reconhecida autoridade no mundo processual, esta posição é isolada, não refletindo o entendimento da grande parte dos doutrinadores,

⁴² NERY JÚNIOR, N. **Atualidades sobre o Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 58-59.

⁴³ PASSOS, p. 38.

que conferem, ao relator do processo, a competência para o conhecimento do pedido de antecipação.

Nesse sentido, temos a posição de Antônio Carlos da Costa Machado:

Em primeiro lugar, queremos fazer uso do argumento da cautelaridade da providência antecipatória do art. 273, inciso I, para sustentar a idéia da competência do relator do recurso para conceder a antecipação dos efeitos: dada a urgência e dada a provisoriedade, duas das marcas características dos provimentos que se destinam à neutralização do *periculum in mora*, não é razoável exigir o funcionamento de um órgão colegiado para a apreciação de cada requerimento de cautela que seja dirigido ao tribunal.⁴⁴

Essa posição também é compartilhada por Humberto Theodoro Jr, que nos ensina que: "Mesmo após a sentença e na pendência de recurso será cabível a antecipação da tutela, caso em que a medida será endereçada ao Tribunal, cabendo ao relator deferi-la, se presentes os seus pressupostos." ⁴⁵

Outros dois elementos, também apresentados por Costa Machado, fortalecem a idéia de competência do relator, no âmbito da tutela antecipada sancionatória, prevista no inciso II, do artigo 273, do CPC, quais sejam: "...inobstante a natureza não cautelar da providência antecipatória que se funda no comportamento reprovável do réu, tal modalidade de antecipação da tutela não deixa de corresponder a uma decisão outorgável sob *sumario cognitio*"⁴⁶ e, mais adiante "...só é possível cogitarmos de antecipação de tutela (no sentido de providência que surge antes do momento próprio), se pensarmos num julgamento

⁴⁴ MACHADO, p. 544

⁴⁵ THEODORO JÚNIOR, H. *Tutela antecipada "in" Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 197

⁴⁶ MACHADO, p. 546

que não seja o realizado pelo órgão colegiado. Sim, porque o momento cognitivo da câmara é o momento final do procedimento, vale dizer, aquele em que o tribunal realiza a cognição exauriente para a entrega da prestação jurisdicional definitiva."⁴⁷

O jurista justifica tais elementos anteriormente transcritos, dizendo que quem exerce cognição sumária, em segundo grau, é o relator do recurso, e não a câmara ou turma e, no segundo elemento, que somente num momento anterior ao do julgamento definitivo, na perspectiva do procedimento recursal, é que é viável pensar em cognição sumária e provimento não definitivo, isto é, só no momento em que funciona, no processo, o relator do recurso, é possível pensar em precipitação da tutela.

⁴⁷ MACHADO, p. 544

5 MOMENTOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA

5.1 CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA LIMINARMENTE – "INAUDITA ALTERA PARTE"

A antecipação da tutela, quando fundada no inciso I, do artigo 273, pode ser concedida mesmo antes de se operar a citação do réu, não encontrando qualquer óbice para a medida⁴⁸. Aliás, o próprio artigo que regula a matéria não elenca momentos específicos para que, nessa hipótese, seja ela permitida. Ao contrário, faculta tal possibilidade a qualquer momento, desde que preenchidos os requisitos necessários, o que nos leva a concluir, com a devida vênia aos pensamentos contrários, que, não havendo proibição expressa a esse respeito, pode haver antecipação de tutela *inaudita altera parte*.

Mesmo assim, é controvertida a posição doutrinária sobre poder, ou não, ser antecipada a tutela sem que tenha havido a manifestação da ré.

No ensinamento de Nelson Nery, temos que "A liminar pode ser concedida com ou sem a ouvida da parte contrária. Quando a citação do réu puder tornar ineficaz a medida, ou também quando a urgência indicar a necessidade de concessão imediata da tutela, o juiz poderá fazê-lo *inaudita altera pars*, que não constitui ofensa, mas sim limitação imanente ao contraditório, que fica diferido para momento posterior do procedimento."⁴⁹

Esse entendimento é acompanhado por Luiz Guilherme Marinoni, que assinala que "O próprio artigo não poderia vedar a concessão da tutela antes da

⁴⁸ BEDAQUE, p. 233

⁴⁹ NERY JÚNIOR, p. 58

ouvida do réu, pois nenhuma norma tem o condão de controlar as situações de perigo. A tutela de urgência, sem dúvida, não pode ser eliminada onde é necessária para evitar um prejuízo irreparável.⁵⁰

Talvez um pouco mais clara, é a idéia de Carlos Roberto Feres sobre tal permissão, quando diz que:

...a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação nem sempre permite que, como sói acontecer em alguns casos, se aguarde a citação, principalmente quando o réu ou os réus está se ocultando, dificultando a realização do ato, ou mesmo se encontrem em lugar incerto e não sabido. Também não pretendeu o legislador tal condição, porque, caso contrário, expressamente o teria disposto na norma.⁵¹

De se aceitar, portanto, a possibilidade de concessão do instituto da tutela antecipada, em razão do iminente risco que poderá ser atribuído ao autor, caso seja necessária a operação da citação e sua conseqüente apresentação de defesa.

Imaginemos, por exemplo, uma determinada situação de risco eminente, onde a parte contrária há de ser citada, por meio de carta precatória, em outro Estado. Ora, se o princípio da concessão da tutela antecipada, fundada no inciso I, do artigo 273, é justamente de evitar o dano irreparável ou de difícil reparação, pensar que a antecipação só pode ser conferida após a manifestação do réu, seria até mesmo um desprestígio ao instituto.

Em sentido contrário – não aceitando, portanto, a possibilidade de antecipação sem a manifestação da parte ré – temos as opiniões de Cândido

⁵⁰ MARINONI, p. 60

⁵¹ FERES, C. R. **Antecipação da Tutela Jurisdicional**. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 34

Rangel Dinamarco⁵², Rui Portanova⁵³ e de Teori Albino Zavaski⁵⁴, sob a alegação de que se trata de providência exigida pelo princípio constitucional do contraditório.

O respeitado jurista baiano, J. J. Calmon de Passos se mostra contrário à antecipação da tutela *inaudita altera parte*, mas não sob o enfoque da constitucionalidade do contraditório, como os juristas anteriormente citados, senão vejamos:

Não ficou claro, entretanto, qual o momento em que deve o autor formular seu pedido de antecipação da tutela e se, ultrapassado ele, haverá preclusão. Acreditamos tenha sido o silêncio do legislador não um descuido, e sim uma deliberação consciente no sentido de que a tutela pode ser antecipada, desde que satisfeitos os pressupostos para ela previstos, a qualquer momento do procedimento, se não houver incompatibilidade entre a fase em que se encontra o procedimento e essa antecipação de tutela. Cremos, portanto, seja possível a postulação logo após a contestação do réu, ou até que o feito seja saneado e, mesmo assim, no curso da instrução... ou em grau de recurso.⁵⁵

⁵² Entende o respeitado processualista que "se algum procedimento excluísse a participação dos sujeitos envolvidos no litígio, ele próprio seria ilegítimo e chocar-se-ia com a ordem constitucional." (DINAMARCO, C. R. **A Instrumentalidade do Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 184)

⁵³ "O princípio do contraditório é elemento essencial do processo. Mais do que isto, pode-se dizer que é inerente ao próprio entendimento do que seja processo democrático, pois está implícita a participação do indivíduo na preparação do ato de poder." (PORTANOVA, R. **Princípios do Processo Civil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, p. 160)

⁵⁴ "A providência somente poderá ser dispensada quando outro valor jurídico, de mesma estatura constitucional que o direito ao contraditório, puder ficar comprometido com a ouvida do adversário." – (ZAVASKI, T. A. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 105)

⁵⁵ PASSOS, p. 34

Se por um lado, é controvertida a doutrina, acerca de poder, ou não, ser concedida a antecipação de tutela sem a audiência do réu, na jurisprudência parece estar pacificada tal possibilidade.⁵⁶

5.2 OUTROS MOMENTOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA

Da leitura inciso II, do artigo 273, do Código de Processo Civil, é possível extrair a conclusão de que, não sendo tal hipótese, motivo de urgência, somente poderá ser deferida tutela antecipada, com fundamento em tal inciso, após o oferecimento da peça defensiva. Essa é a posição defendida por Carlos Roberto Feres⁵⁷.

Segundo Beatriz Catarina Dias⁵⁸, por não haver rigidez acerca do momento do cabimento do pedido, este pode ser feito na peça inicial, no curso do processo, de forma incidental, ou em fase recursal, sendo a tramitação e a existência ou eventual superveniência de circunstâncias que justifiquem a formulação do pedido antecipatório.

⁵⁶ "Compromisso de compra e venda – Tutela antecipada – Subsistência da verossimilhança e prova inequívoca – Perspectiva de dano irreparável – Inteligência do art. 273 – Tutela deferida." (TJSP – AI 19.692, Rel. Des. Olavo Silveira, DOE 27.06.94)

"Agravo de instrumento contra decisão que reconsiderou a liminar concedida como tutela antecipada, com fulcro no art. 273 do Cód. de Proc. Civ. – Preliminar prejudicial da falta de juntada de certidão do decurso de prazo – Afastada – O ato praticado com fundamento no art. 14 e 16, letra c, do Regimento Interno da Câmara Municipal... Recurso provido, restaurando a decisão anterior e que concedeu a liminar de tutela antecipada." (TJSP – AI 19.692, Rel. Des. Yoshiaki Ichihara, DOE 06.11.96)

⁵⁷ FERES, p. 33

⁵⁸ DIAS, B. C. **A Jurisdição na Tutela Antecipada**, São Paulo, Saraiva, 1999, pág. 86

Com efeito, poderá, a tutela, ser antecipada quando da prolação da sentença, quando se tratar casos de reexame necessário ou então apelação com efeito suspensivo.

O jurista Teori Zavaski, em sua obra *Antecipação da Tutela*, traz, em nota de rodapé, interessante posição do Professor Nelson Nery, acerca da impossibilidade de concessão de tutela antecipada quando da prolação da sentença: "a medida pode ser concedida, tanto no início da lide quanto no curso do processo, mas sempre antes da sentença (...) Proferida a sentença não há mais interesse processual na obtenção da medida, porque apreciada definitivamente a pretensão."⁵⁹

⁵⁹ NERY JUNIOR, *Atualidades Sobre Processo Civil*, p. 58

6 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA E A FAZENDA PÚBLICA

6.1 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA

Não há, em nosso ordenamento jurídico, qualquer impedimento para que o instituto da tutela antecipada seja, também pela Fazenda Pública, utilizado, não havendo, assim, qualquer dúvida acerca de sua aplicabilidade pelo Poder Público.

Também não cabe a invocação do contido no artigo 816, do CPC, para que haja a dispensa do ônus de comprovação da existência dos pressupostos insculpidos no *caput* do artigo 273, do mesmo código.

Assim é que, para ver atendido o requerimento de antecipação da tutela, a Fazenda Pública haverá de demonstrar, não apenas a existência de prova inequívoca e verossimilhança da alegação, como também algum dos requisitos exigidos nos incisos I e II, do artigo 273.

Tendo em vista o caráter interlocutório da decisão que concede, ou não, a antecipação, não há que se falar em reexame necessário ou em recurso de ofício contra a decisão que negar, no todo ou em parte a antecipação da tutela, eis que o disposto no artigo 475, do CPC, é aplicável tão somente às decisões definitivas ou terminativas.

6.2 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Ao abordar o assunto da antecipação da tutela, surge grande controvérsia acerca de ser possível, ou não, sua aplicação, em face da Fazenda Pública.

A doutrina é por demais controvertida a respeito, havendo fortes argumentos tanto para a possibilidade, quanto para a negatividade da aplicação da antecipação.

Sustenta Humberto Theodoro Júnior⁶⁰ que, dada a diferença existente entre tutela antecipada e a medida cautelar, tem-se entendido que o particular, observados os requisitos do artigo 273, do CPC, tem direito de obter, provisoriamente, os efeitos que somente adviriam da sentença final de mérito, mesmo em face da Fazenda Pública, havendo a ressalva de Nelson Nery⁶¹ de que não pode haver violação à redação do artigo 100, da Constituição Federal.

Sustentando a impossibilidade de aplicação do instituto, temos a posição de Raphael Silva Salvador⁶² que, anteriormente à Lei 9.494/97, disse "...impossível a tutela antecipada concedida a favor de autor contra a União, o Estado e o Município, pois aí, haveria, obrigatoriamente, pedido de reexame necessário se a concessão fosse em sentença final, o que mostra que não é possível, então, a tutela antecipada, que burlaria a proteção legal prevista no art. 475, II, do Código de Processo Civil."

Esse pensamento foi comungado por Francesco Conte, que se manifestou da seguinte forma:

Descabe, reitera-se, em perspectiva de interpretação sistemática, a antecipação da tutela quando, no pólo passivo, figurar a União, os Estados membros, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, posto que, se a própria sentença proferida contra estas

⁶⁰ THEODORO JÚNIOR, p. 199

⁶¹ "O sistema jurídico brasileiro admite o adiantamento da tutela, mesmo quando requerido contra a Fazenda Pública. Desde que a antecipação possa ocorrer sem violar a art. 100 do CPC (precatórios), pode ser deferida, em tese, contra a Fazenda Pública." (sic) – (NERY JÚNIOR, N. Procedimentos e tutela antecipatória "in" **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 390)

⁶² SALVADOR, R. S. **Da Ação Monitória e da Tutela Jurisdicional Antecipada**. São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p. 56

entidades de direito público está sujeita ao reexame necessário, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal (art. 475, II, do CPC), a medida antecipatória, concedendo o próprio direito afirmado pelo autor, consubstanciando mera decisão interlocutória, a *fartiori*, não tem, na espécie, aptidão para produzir qualquer efeito. A eficácia do apêndice (decisão interlocutória) não pode ser maior do que a do próprio corpo (sentença).⁶³

Admitindo, ainda que de forma moderada, a possibilidade de antecipação da tutela contra a fazenda pública, temos a posição de João Batista Lopes, lecionando que "Conquanto admissível, a antecipação da tutela não poderá fugir às peculiaridades da execução contra a Fazenda Pública, o que, em termos práticos, obsta à plena eficácia da antecipação."⁶⁴

Favoravelmente à antecipação da tutela, contra a fazenda pública, encontramos a posição de Luiz Rodrigues Wambier⁶⁵, sustentando que a decisão que concede a tutela antecipada não é sentença, não estando sujeita, portanto, ao que determina o artigo 475, do Código de Processo Civil.

Defendendo o cabimento da antecipação, nos feitos que versem sobre repetição de indébito tributário, temos a posição de Hugo de Brito Machado, que interpreta o artigo 475, do CPC, no sentido de estar dispensada a atividade positiva da Fazenda na fase recursal e, ainda de que o artigo 100, da Constituição Federal, não obriga que a execução dirigida contra a Fazenda seja baseada em sentença transitada em julgado, entendendo que:

⁶³ CONTE, F. **A Fazenda Pública e a Antecipação Jurisdicional da Tutela**. RT 718, pág. 20

⁶⁴ LOPES, J. B. Tutela antecipada e o art. 273 do cpc "*in*" **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 214

⁶⁵ "...nenhum óbice remanesce à antecipação da tutela contra a Fazenda Pública, pois a decisão que concede a medida antecipatória da tutela jurisdicional condenatória não se consubstancia em sentença, essa sim sujeita aos efeitos do art. 475 e à ordem dos precatórios." (WAMBIER, L. R. Antecipação da tutela e desapropriação indireta "*in*" **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 295)

Presentes os pressupostos da antecipação, como ocorre, por exemplo, em ações de repetição de indébito nas quais inexistia controvérsia quanto aos fatos e o direito do autor seja amparado por precedentes reiterados do Supremo Tribunal Federal, em se tratando de matéria constitucional, ou do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de matéria infraconstitucional, o juiz da causa pode, atendendo a pedido do autor, conceder a tutela antecipada e determinar a expedição do correspondente precatório, com a particularidade de que o valor respectivo, se o pagamento pelo Presidente do Tribunal ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença final, ficará à disposição do Juízo. Transitada em julgado a sentença determinará, então, a liberação do depósito para o autor, que terá sido, assim, poupado da penosa espera que sistematicamente acontece com os que ganham questões frente a Fazenda Pública.⁶⁶

Ainda sob a alegação de que o artigo 475, inciso II, do CPC, subtrai efeitos à sentença, antes da sua confirmação pelo tribunal, apresentamos outra manifestação de Brito Machado, onde este assevera que "...tal privilégio não consiste no direito ao duplo grau de jurisdição mas apenas na dispensa de iniciativa recursal da Fazenda Pública."⁶⁷

Mais à frente ele ainda diz que:

A obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição, em se tratando de sentença contra a Fazenda Pública, apenas significa que, vencida esta, considera a apelação sempre interposta, para proteger o ente público contra a eventual inércia de seus representantes judiciais. Os efeitos da sentença proferida contra a Fazenda Pública são exatamente os mesmos produzidos por uma sentença contra a qual foi interposta a apelação.⁶⁸

⁶⁶ BUENO, de C. S. Tutela antecipada e ações contra o poder público (reflexão quanto a seu cabimento como consequência da necessidade de efetividade do processo) "*in*" **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 56/57

⁶⁷ MACHADO, H. B. Tutela jurisdicional antecipada na repetição de indébito tributário "*in*" **Revista Dialética de Direito Tributário**. n. 5. São Paulo: Oliveira Rocha, 1996, p. 45, 1. Col.

⁶⁸ MACHADO, p. 45, 1ª col.

Em seguida, conclui seu raciocínio da seguinte forma:

Vê-se, portanto, que a prevalecer o argumento segundo o qual não é admissível a antecipação da tutela contra a Fazenda Pública em face do duplo grau de jurisdição, tem-se de entender também incabível a antecipação da tutela em qualquer caso, posto que sempre poderá ocorrer a interposição de apelação. Interposta esta, a sentença somente poderá ser executada depois de confirmada pelo Tribunal." ⁶⁹

Nos parece que, de fato, razão lhe assiste, em função de que a diferença existente entre uma sentença proferida contra a fazenda pública e uma outra qualquer, é o fato de que, a primeira independe de apelação para estar sujeita ao duplo grau de jurisdição.

Não se pode argumentar, também, que os efeitos de uma sentença proferida contra a fazenda sejam distintos daqueles que emanam de outras sentenças, pois a distinção está apenas no fato de que enquanto as sentenças, em geral, podem ou não ser submetidas ao duplo grau, dependendo da vontade da parte vencida, a proferida contra a fazenda pública sempre será reapreciada, por força da vontade da lei, com o que se evitam prejuízos ao Estado em decorrência do descaso ou do descuido dos seus representantes judiciais, como bem asseverado por Antônio Cláudio da Costa Machado⁷⁰. O mesmo autor ainda observa que o duplo grau apenas representa para as partes, quer seja o Estado, quer seja o particular, a certeza de reapreciação de um ato decisório, mas nunca, a imunidade

⁶⁹ MACHADO, pág. 45, 1. e 2. col.

⁷⁰ MACHADO, p. 616

contra a antecipação de efeitos, uma vez que esta visa justamente impedir que a tardia reapreciação da causa signifique injustiça para o autor.⁷¹

O cearense Hugo Brito Machado vai além, tratando da questão dos precatórios e da reversibilidade tratada no § 2º, do artigo 273, do CPC, dizendo que:

A sentença, mesmo sem trânsito em julgado, quando nesta houver sido concedida antecipação, ou a decisão interlocutória, presta-se como título adequado a instruir o precatório. Quando o juiz determinar a sua expedição, deixará claro que se trata de execução provisória, em face da nova figura processual, e dirá que o valor correspondente deve ser colocado à disposição do juízo. É certo que a Fazenda pública não pode ficar desprotegida. O valor a ser pago ao contribuinte, autor da ação de repetição de indébito tributário, em cumprimento do precatório, deve permanecer depositado até que transite em julgado a sentença final. Esse depósito será a garantia de que não se criou uma situação irreversível. É possível, outrossim, o próprio pagamento ao contribuinte, se este ofertar caução idônea... Na eventual ocorrência de trânsito em julgado de sentença julgando a ação improcedente, o valor à disposição do juízo será convertido em renda da Fazenda Pública.⁷²

⁷¹ MACHADO, p. 616

⁷² MACHADO, p. 48, 2. col.

7 DA REVOGAÇÃO

A tutela que fora antecipada pode ser revogada, conforme prevê o § 4º, do artigo 273, do CPC, mediante decisão fundamentada, a qualquer tempo, o que implica dizer que poderá ser revogada em qualquer instância, também.

Conforme nos ensina Antônio Cláudio da Costa Machado⁷³, a tutela antecipada pode ser revogada, inclusive, pelo magistrado que lhe concedeu, se este, verificando a ocorrência de novos fatos, no curso do processo, levem-no à convicção de que a prova inequívoca ou o *periculum in mora* não mais existem.

Teori Albino Zavaski vai além, dizendo que "É providência cabível, basicamente, em duas situações: (a) com a mudança do estado de fato ou (b) com o aprofundamento da cognição sobre o direito afirmado, em função, inclusive, da mudança do estado da prova."⁷⁴

⁷³ MACHADO, p. 580

⁷⁴ ZAVASKI, p. 207

8 CONCLUSÃO

Sem sombra de dúvidas, o surgimento da antecipação da tutela veio de encontro aos anseios de uma Justiça mais rápida, ao menos em tese, na medida em que, com o seu surgimento, foi possível a concessão da tutela do bem, mesmo que de forma provisória, antes de ser proferida a sentença de mérito, uma vez estando preenchidos os requisitos necessários.

Até o surgimento deste instituto, valorizava-se a proteção à segurança jurídica, aos métodos processuais formais, garantidores do princípio da ampla defesa, que era usado de forma mascarada, para meios protelatórios, causando, por vezes, enormes danos aos jurisdicionados.

Trata-se, a tutela antecipada, de mecanismo importante na suplantação de risco do perecimento do direito, que deve ser usada pelo magistrado – com cautela, é verdade – de acordo com as necessidades do caso concreto, sem perder de vista a necessidade de garantir a efetividade da jurisdição.

Uma vez concedida a tutela antecipada, terá, o autor, em caráter provisório (posto que a tutela antecipada pode ser revogada, a qualquer momento), o uso do direito afirmado, na medida em que o objeto antecipado, é o objeto pedido, que poderá ser deferido no todo, ou em parte.

É, sem dúvida, um instituto valioso, capaz de impedir o perecimento do direito de quem busca a tutela, e mais, é extremamente útil na busca da repressão dos vários modos maliciosos protelatórios.

Como finaliza o Professor Costa Machado, na introdução de sua obra inúmeras vezes citadas neste estudo "...parece legítimo dizer que ficou mais fácil sonhar com a prontidão das decisões de justiça que, em última instância, é

sinônimo, mais do que qualquer outra coisa, de efetividade do processo e de credibilidade do Judiciário, sem o que não se construirá uma democracia no Brasil.”⁷⁵

⁷⁵ MACHADO, p. 21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, E. D. M. de Alterações do código de processo civil: tutela antecipada, perícia. **A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996.

ASSIS, A. de Antecipação da tutela. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BELLINETTI, L. F. Irreversibilidade do provimento antecipado. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

BERMUDES, S. **A reforma do código de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996

BEDAQUE, J. R. Antecipação da tutela jurisdicional. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

BUENO, C. S. Tutela antecipada e ações contra o poder público (reflexão quanto a seu cabimento como consequência da necessidade de efetividade do processo). **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

CASTELO, J. P. **Tutela Antecipada no Processo do Trabalho**. Tese de doutorado em direito do trabalho, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997

CONTE, F. **A Fazenda Pública e a Antecipação Jurisdicional da Tutela**. RT 718

DIAS, B. C. **A Jurisdição na Tutela Antecipada**. São Paulo, Saraiva, 1999

DINAMARCO, C. R. **A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Malheiros, 1996

_____ **A Instrumentalidade do Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987

FERES, C. R. **Antecipação da Tutela Jurisdicional**. São Paulo: Saraiva, 1999

FRIEDE, R. Tutelas cautelar e antecipada. **Revista Consulex**. ano III. Vol. II, n. 34.

LOPES, J. B. Tutela antecipada e o art. 273 do CPC. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

MACHADO, A. C. da C. **A Reforma do Processo Civil Interpretada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996

_____ **Tutela Antecipada**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999

MACHADO, H. B. Tutela jurisdicional antecipada na repetição de indébito tributário. **Revista Dialética de Direito Tributário**. n. 5, São Paulo: Oliveira Rocha, 1996

MALLET, E. **Tutela Antecipada no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998

MARINONI, L. G. **A Antecipação da Tutela na Reforma do Código de Processo civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996

_____ A reforma do cpc e a efetividade do processo (tutela antecipatória, tutela monitória e tutela nas obrigações de fazer e de não fazer). **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. vol. 21. n. 1. Curitiba, 1996

MARINS, V. A. A. B. Antecipação da Tutela e Tutela Cautelar. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista do Tribunais, 1997.

MIRANDA, F. C. P. de **Comentários à Constituição de 1967**. Rio de Janeiro: Forense, 1987

NEGRÃO, T. **Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 1999

NERY JÚNIOR, N. **Atualidades Sobre o Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

_____. Procedimentos e tutela antecipatória. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

PASSOS, J. J. C. de **Inovações no Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro, Forense, 1995

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 8. ed. vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 1998

CUNHA, A. M. da **A Lide Cautelar no Processo Civil**. Curitiba: Juruá, 1992

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil. Do Processo Cautelar**. vol. XI. São Paulo: RT, 2001

SALVADOR, R. S. **Da Ação Monitória e da Tutela Jurisdicional Antecipada**. São Paulo: Malheiros Editores, 1996

SILVA, O. A. B. da A 'antecipação' da tutela na recente reforma processual. **A Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996

THEODORO JUNIOR, H. Tutela antecipada. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

WAMBIER, L. R. Antecipação da tutela e desapropriação indireta. **Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

WATANABE, K. Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer. **Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996

ZAVASKI, T. A. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Saraiva, 1997